

Programa Estadual de Educação Fiscal do Tocantins

Grupo Estadual de Educação Fiscal GEEF/TO



Programa Estadual de Educação Fiscal do Tocantins

Grupo Estadual de Educação Fiscal GEF/TO

Plano de Trabalho Para as Escolas de Educação Básica da Rede Estadual de Educação - 2018.

Composição do GEF/TO:

- Secretaria Estadual da Fazenda
- Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esporte
- CGU
- Receita Federal do Brasil

Palmas Janeiro de 2018

Grupo Estadual de Educação Fiscal GEF/TO – Histórico

- Em 1999 é publicado o Decreto 875/1999 – Cria o Grupo de trabalho para Implantação do Programa Estadual de Educação Tributária (Revogado);
- Em 2002 o Programa Estadual de Educação Fiscal - PEEF foi instituído pelo Decreto nº 1.623/2002.
- Em 2014 é publicado o DECRETO/TO No 5.146/2014 Instituiu o Grupo Estadual de Educação Fiscal – GEFE;
- Em 2015 é publicada a Portaria/TO 890/2015 - Institucionaliza o Grupo Estadual de Educação Fiscal - GEFE e designa seus membros;

A Gestão do PEEF/TO está a cargo dos parceiros estaduais: Secretaria da Fazenda, Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, por meio do Grupo Estadual de Educação Fiscal – GEF. O GEF é composto por servidoras das duas secretarias, nesta composição fazem parte três servidoras da SEDUC, duas na equipe/SEFAZ que atua na Escola de Gestão Fazendária do Estado e uma na equipe da Diretoria de Educação Básica da SEDUC, como articuladora pedagógica da educação básica.

Em 2018 o Programa de Educação Fiscal do Tocantins desenvolverá ações direcionadas á comunidade, educação básica e superior.

Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF)

“Educação Fiscal é um Programa que visa compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, a partir da adoção de uma abordagem didático-pedagógica interdisciplinar e contextualizada, capaz de favorecer a participação social. (PNEF, 2014)”

“A Educação Fiscal ***luta em defesa*** de uma série de resultados em diversos campos da atuação e comportamentos humanos.

Educação, visando à uma prática educativa na perspectiva de formar um cidadão consciente, reflexivo e mobilizador que contribuía para a transformação social.

Cidadania, quando incentiva o cidadão à participação individual e coletiva na definição de políticas públicas e na elaboração de leis para sua execução.

Ética, quando procura fortalecer conduta responsável e solidária que valorize o bem comum.

Política, ao estimular o compartilhamento de conhecimentos sobre gestão pública eficiente, eficaz e transparente quanto à captação, à alocação e à aplicação dos recursos públicos, com responsabilidade fiscal, e ênfase no conceito de bem público como patrimônio da sociedade.

Controle Social ao disseminar conhecimento e instrumentos para que o cidadão possa atuar no combate ao desperdício e à corrupção.

Relação Estado-Sociedade, ao desenvolver uma relação de confiança entre a administração pública e o cidadão.

Relação Administração-Contribuinte ao estimular o cumprimento voluntário das obrigações tributárias e o combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho e à pirataria, reforçando a necessidade de prestação de serviços públicos de qualidade e por fim, mas não menos importante, na própria condução do **PNEF**, realizando práticas democráticas em permanente integração com todos os segmentos sociais, de modo a contribuir para que o Estado cumpra seu papel constitucional de reduzir as desigualdades sociais e ser instrumento de fortalecimento permanente do estado democrático de direito. (ESAF)”

Educação Fiscal na Educação Básica - Base Nacional Comum Curricular (BNCC/MEC).

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. (...) Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos das crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/199012), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199713), preservação do meio ambiente (Lei nº 9.795/199914), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200915), processo de envelhecimento (...) respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200316), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/200917), bem como saúde, sexualidade, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Resolução CNE/CEB nº 7/201018). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades de todos os componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas possibilidades e especificidades, tratá-la de forma contextualizada.

Plano Estadual de Educação (PEE/TO 2015-2025) – LEI No 2.977, de 8 de julho de 2015

Meta - 23. Estratégia - 27. Garantir a expansão da educação fiscal, educação financeira, educação ambiental, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, por meio da transversalidade no currículo da educação básica, em todas as etapas e modalidades, em parceria com diferentes setores do governo, instituições privadas e organizações não governamentais, a fim de fortalecer a formação social e integral do cidadão;

Programa Estadual de Educação Fiscal – PEEF/TO

O PEEF/TO Visa compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade e nos espaços escolares sobre a origem, aplicação e controle social dos recursos públicos, os direitos e deveres individuais e sociais, inerentes ao efetivo exercício da cidadania e a sustentabilidade enquanto estratégia de garantia para o bem estar da humanidade.

“É papel da escola instrumentalizar os educandos, de forma apropriada, com os saberes e valores social e culturalmente necessários, a fim de que continuem aperfeiçoando sempre, seja na dimensão cognitiva, seja nas demais – social, ética, moral, relacional.

Também compete a ela despertar nesses aprendizes valores e referências que os ajudem a não submergir nas ondas de informações, nos modismos que invadem espaços públicos e privados ... os ajudem a encontrar parâmetros e competências para que possam desenvolver-se individual e socialmente, sendo capazes de planejar e desenvolver projetos nestes dois âmbitos de sua existência. (PNEF,2014)”

Com esta intencionalidade a Educação Fiscal será trabalhada, nas escolas de educação básica, a partir da adoção de uma abordagem didático-pedagógica interdisciplinar e contextualizada, capaz de promover a participação social dos indivíduos e em especial, dos estudantes frente às suas realidades, na perspectiva de formar uma sociedade mais participativa, mais justa, comprometida com o coletivo, com a diversidade e com a preservação do planeta.

Metas para 2018:

- Divulgar o Programa de Educação Fiscal em 100% das escolas de Educação Básica
- Implementado, efetivamente, o Programa de Educação Fiscal em 80% das escolas de Ensino Médio com ProEMI e em 20% das escolas de Ensino Fundamental.

Princípios norteadores:

- Trabalho como princípio educativo;
- Pesquisa como princípio pedagógico;
- Direitos humanos como princípio norteador;
- Sustentabilidade socioambiental como meta universal;

- Formação integral e integrada para emancipação humana e transformação da sociedade;

As temáticas de Educação Fiscal serão inseridas no Currículo do Ensino Fundamental e Médio de forma transversal e integradora e serão organizadas a partir de Três eixos de trabalho:

- a) Controle Social e Cidadania;**
- b) Turismo e Desenvolvimento Sustentável;**
- c) Reconhecimento Valorização das Comunidades Tradicionais.**

Os eixos de Trabalho dão diretrizes para o desenvolvimento de Projetos Escolares Interdisciplinares os quais terão como proposição, trabalhar a partir da integração com a base comum, com a parte diversificada do currículo e outros Programas existentes na unidade escolar, de maneira que haja um diálogo entre todas as áreas do conhecimento e as demandas enfocadas, preferencialmente, advindas das diferentes realidades (forças ou fragilidades) do município, comunidade ou da escola.

- a) Controle Social e Cidadania –** É imprescindível que o aluno compreenda e conheça mais sobre o papel do Estado, seu financiamento e sua função social, uma vez que, para que um país ofereça serviços públicos de qualidade à população, é necessário que essa população tenha uma participação mais efetiva na administração pública. Segundo Pedro Demo (1996), “participação é conquista social”. Este eixo de trabalho proporcionará conhecimento e empoderamento aos estudantes para se tornarem protagonistas da construção e promoção de uma cultura de direitos humanos, da atuação e organização juvenil nos seus processos de desenvolvimento pessoal, social e de vivência política; ampliação das condições que assegurem a pluralidade e a liberdade de manifestações das juventudes, apresentando alternativas estruturadas de organização, representação e participação estudantil no contexto escolar e social. Tem como FOCO:

- A importância social e econômica dos tributos, o emprego dos recursos público em função do bem estar social e o efetivo controle social dos gastos públicos como estratégia para combate à corrupção;
- O estudo acerca da distribuição de renda na região, os tributos Federais, Estaduais, e Municipais cobrados à comunidade, os componentes do IDH do município e as políticas públicas existentes e efetivadas no mesmo;

- b) Turismo e Desenvolvimento Sustentável –** Deve promover a construção de valores sociais, conhecimentos, e atitudes voltadas para o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade socioambiental. Tem como FOCO:

- A valorização e respeito ao grande potencial natural do Estado do Tocantins;
- O Reconhecimento da diversidade e potencial produtivo das diferentes microrregiões, a partir da leitura e releitura do uso dos recursos naturais de modo a despertar os estudantes ao seu contexto sócio-produtivo para melhoria da sua qualidade de vida com sustentabilidade;

- A promoção e construção de valores sociais, conhecimentos, e atitudes voltadas para o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade socioambiental;
- O fomento ao protagonismo e empreendedorismo individual e social;
- O fortalecimento das possibilidades de intervenção para melhoria da realidade social local-regional, por meio do empoderamento da população mediante o capital cultural (conscientização para e efetiva escolarização) e o capital social (organização cooperativista e solidária);

c) Reconhecimento e Valorização das Comunidades Tradicionais – Este eixo de trabalho deve formar o cidadão para a valorização e fortalecimento dos valores éticos, históricos e culturais das diferentes comunidades existentes no Estado. Tem como FOCO:

- A valorização, preservação e fortalecimento do rico e diverso patrimônio material e imaterial que compõe a cultura popular do Tocantins, com ênfase nos valores éticos, históricos e culturais das diferentes comunidades existentes no Estado de modo geral, e específico, dos povos indígenas e comunidades quilombolas.

Metodologia de trabalho:

Os projetos para trabalhar Educação Fiscal são projetos da escola e sendo assim, são elaborados e executados de maneira interdisciplinar, portanto, demandam planejamento integrado e colaborativo entre os professores dos diferentes componentes curriculares. Nas escolas que trabalham com os Programas Ensino Médio Inovador (ProEMI) e Novo Mais Educação, os professores do Programa e ou tutores são inseridos nesse planejamento, com o objetivo de fortalecer, a integração e convergência de ações pedagógicas, conjuntas, para superação das dificuldades na otimização do tempo pedagógico na escola e o fortalecimento do processo de ensinar e aprender.

Sugestão de trabalho com Educação Fiscal a partir dos Conteúdos Básicos do Currículo do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano

Ano	Bim(s)	Disciplina	Conteúdo Básico	Educação Fiscal – Eixo de Trabalho	Objeto de Estudo (sob a ótica da E. Fiscal)	Parcerias	
						Internas	Externas
1º	2º	Geografia	Uso racional dos recursos naturais: da água, do solo, do fogo e do ar.	1 - Turismo e Desenvolvimento Sustentável; 2 - Reconhecimento e Valorização das Comunidades Tradicionais	O uso indevido e desperdícios dos recursos naturais em casa na rua e em outros espaços.	Biblioteca; Rádio Escolar; Sala de recursos Audi visual; Laboratório de informática e outros; Programa Novo Mais Educação; outros Programas ou Projetos existentes na escola.	Comunidade (contadores de histórias, artistas, pais, lideranças); escolas de ensino médio e universidades e outros. Bibliotecas Municipais; Artistas da comunidade; Cartório de registros; Igrejas; prefeituras; Câmara de Vereadores e outros
2º	2º	Geografia	As paisagens são transformadas		As transformações dos ambientes naturais na comunidade e suas consequências.		
3º	2º	Geografia	Os fenômenos climáticos		O comprometimento do clima como consequência do uso indevido dos recursos naturais, no Brasil e no município.		
4º	2º	História	Costumes e memórias dos locais onde os familiares dos alunos viveram.		A origem das pessoas e a influência dos seus costumes na formação cultural da comunidade.		
5º	2º	Língua Portuguesa	História em Quadrinhos		Elaboração de revistas em quadrinhos acerca dos assuntos abordados		
1º	3º	Geografia	Direitos e Deveres com os ambientes: em casa, na escola e na sociedade		Uso adequado e preservação dos nossos ambientes.		
2º	3º	Geografia	A preservação do patrimônio cultural e natural		O patrimônio cultural, material e imaterial da comunidade.		
3º	3º	Geografia	A cidade e seus bairros		A organização do espaço da comunidade em mapa ou maquete.		
5º	3º	Língua Portuguesa	Gênero Artigo de Opinião.		Elaboração de Artigo de Opinião acerca dos assuntos abordados		

Este exemplo pode dá origem a um projeto para ser desenvolvido em 2 bimestres. Além das disciplinas citadas outras podem ser inseridas.

Sugestão de trabalho com Educação Fiscal a partir dos Conteúdos Básicos do Currículo do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano

Ano	Bim(s)	Disciplina	Conteúdo Básico	Educação Fiscal – Eixo de Trabalho	Objeto de Estudo (sob a ótica da E. Fiscal)	Parcerias	
						Internas	Externas
9º	2º	L. Portuguesa	Crônicas e Notícias	Reconhecimento Valorização das Comunidades Tradicionais. (com ênfase nos valores éticos, históricos e culturais das diferentes comunidades existentes no Estado de modo geral, e específico, dos povos indígenas e comunidades quilombolas).	A diversidade ético-racial do Brasil e do Tocantins. Leitura, interpretação e produção textual	Biblioteca; Rádio Escolar; Líderes de turmas; Biblioteca; Rádio Escolar; Sala de recursos Audi visual; Laboratório de informática e outros; Programa Novo Mais Educação; outros Programas ou Projetos existentes na escola.	Comunidade ; pais; escolas de ensino médio e universidades e outros. Bibliotecas Municipais; Artistas da comunidade ; Cartório de registros; Igrejas; prefeituras; Câmara de Vereadores e outros
7º	2º	L. Portuguesa	Cordel/Rap				
8º	2º	L. Portuguesa	Charge/Cartum/Tirinhas;				
6º	3º	L. Portuguesa	Notícias; Propagandas				
9º	3º	L. Portuguesa	Artigo de Opinião;				
6º	4º	Arte	Teatro: mímica e expressão corporal.		As raízes da cultura popular do Brasil e do TO; as manifestações culturais no Brasil e no Tocantins retratada por meio de diversos tipos de manifestações artísticas.		
7º	4º	Arte	Arte Africana - Máscaras Desenho artístico: gravura (colagem).				
8º	4º	Arte	Teatro de fantoches; confecção de roteiros e cenas teatrais.				
9º	4º	Arte	Teatro: texto, cenário, figurino e recursos audiovisuais.		Situação agrária do Tocantins; Situação das comunidades atingidas pelas barragens no TO		
6º	4º	Geografia	A Terra como forma de poder – Movimentos dos atingidos por barragens.		Movimentos sociais dos Negros, Quilombolas e índios no Tocantins		
8º	4º	Geografia	Aspectos sociais e geográficos Afro-brasileiros.		Problemas sociais conseqüentes da escravidão de negros e índios no Brasil.		
7º	4º	História	Escravidão no Brasil		Os prejuízos culturais e as conquistas sociais dos povos indígenas e das comunidades quilombolas do Tocantins; O conhecimento dos mais velhos, por meio de entrevistas. Produção de crônicas dissertativas argumentativas, artigo de opinião e poesias , tendo como base o material estudado e produzido acerca da		
9º	4º	História	Povos Indígenas do Tocantins; Atualidades Históricas				
6º	4º	L. Portuguesa	Entrevistas				
8º	4º	L. Portuguesa	Crônica.				
9º	4º	L. Portuguesa	Artigo de Opinião; Poemas Nacionais e Regionais.				

					diversidade ético-racial do Brasil e do Tocantins; dando ênfase as raízes e as manifestações culturais no Brasil e no Tocantins; A realidade sócio econômica dos negros, quilombolas e índios no Brasil e no Tocantins.		
--	--	--	--	--	---	--	--

Com esse exemplo a equipe de professores pode elaborar um projeto para trabalhar o ano inteiro, vejam que todos os bimestre estão correlacionados a uma ou mais atividades, as turmas e disciplinas podem trabalhar simultaneamente mas, também, em tempos diferentes. Nesse exemplo podem ser agregadas quantas disciplinas o grupo quiser.

Sugestão de trabalho com Educação Fiscal a partir dos Conteúdos Básicos do Currículo do Ensino Médio

Série	Bimestre	Disciplina	Conteúdo Básico	Educação Fiscal – Eixo de Trabalho	Objeto de Estudo	Parcerias	
						Internas	externas
1ª	1º	L. Portuguesa	Leitura e Interpretação de texto Literatura: O Auto da Barca do Inferno, de Gil Vicente.	Controle Social e Cidadania	Peça teatral “O Auto da Barca da Cidadania”. (Material encaminhado à DRE). Os tributos cobrados sobre o consumo de produtos, bens e serviços presentes no dia a dia dos alunos.	Biblioteca; Rádio Escolar; Líderes de turmas; Biblioteca; Rádio Escolar; Sala de recursos Audiovisual; Laboratório de informática e outros; Grêmios Estudantil; Programa Ens; Médio Inovador (ProEMI); outros Programas ou Projetos existentes na escola.	Comunidade; pais; Universidades; IFTO e outros. Bibliotecas Municipais; Artistas da comunidade; Cartório de registros; Igrejas; prefeituras; Câmara de Vereadores e outros.
2ª	1º	Redação	Texto narrativo e descritivo; As Leituras dos Meios Digitais.		As contradições sociais no Brasil (leitura e produção de reportagens)		
1ª	2º	Sociologia	Consciência coletiva.				
3ª	2º	Sociologia	A Mídia e as comunicações de massa.		Os movimentos sociais no TO em defesa do meio ambiente e das minorias.		
2ª	2º	Sociologia	Papéis sociais e status, e minorias na estrutura e na organização social		As políticas públicas de inclusão no TO .		
3ª	2º	Filosofia	Ética e Política		Dinheiro público: arrecadação e investimentos sociais. Saúde, Educação e Segurança		
2ª	4º	Sociologia	Controle Social		Consciência Política, direitos e deveres que efetivam a cidadania.		
3ª	4º	Redação	Texto dissertativo e argumentativo; Proposta de intervenção na conclusão.		Temas sociais que foram impactados pela corrupção no uso do dinheiro público.		

OBS. O exemplo exposto, de como integrar as áreas de conhecimento e suas disciplinas, em um trabalho interdisciplinar é uma pequena amostra da pluralidade de possibilidades existentes no espaço pedagógico de cada escola. De uma conversa, um planejamento entre professores pode surgir um excelente projeto escolar interdisciplinar que, além de criar as condições de uma abordagem dinâmica a um determinado tema, aumenta as possibilidades de aprendizagens e fomenta a curiosidade dos estudantes em relação a fatos e situações que, a princípio, não tiveram ou não têm significados na construção da sociedade tal como ela é. Cada Projeto executado e documentado se constitui em uma oportunidade dos envolvidos participarem de prêmios, inclusive nacionais e internacionais, neste caso de Educação Fiscal podemos citar o “Prêmio da FEBRAFIT” que acontece anualmente, além dos prêmios “Resposta para o Amanhã”, “Professores do Brasil” e outros.

Todas as temáticas trabalhadas com Educação Fiscal devem promover o estudante:

- A apropriação de conhecimentos historicamente constituídos que lhes permitam realizar leitura crítica do mundo natural e social.
- A promoção do efetivo exercício da cidadania, ou denunciar sua negação, sobretudo entre os mais carentes de bens e oportunidades individuais e sociais.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES SOBRE EDUCAÇÃO FISCAL

<https://pt.slideshare.net/ericafrau/educacao-fiscal-sugesto-de-atividades>

<https://pt.slideshare.net/andreaalves378199/texto-e-atividades-para-trabalhar-impostos-no-ensino-fundamental>

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-transparencia-da-educacao-fiscal-na-escola/56477>

https://es.educaplay.com/es/recursoseducativos/645764/educacao_fiscal.htm

https://es.educaplay.com/es/recursoseducativos/643930/educacao_fiscal.htm

PLANOS DE AULA

<http://educacaofiscalsm.blogspot.com.br/2014/06/plano-de-aula-dados-de-identificacao.html>

<http://neteducacao.com.br/experiencias-educativas/fundamental-i/historia/educacao-fiscal-licao-de-cidadania> (plano de aula e material de apoio)

<http://coisasdaprofdarlin.blogspot.com.br/2014/06/plano-de-aula-sobre-educacao-fiscal.html>

<http://educacaofiscalsm.blogspot.com.br/p/planejamentos.html>

CADERNOS

http://rep.educacaofiscal.com.br/material/caderno/caderno_1.pdf

http://rep.educacaofiscal.com.br/material/caderno/caderno_2.pdf

http://rep.educacaofiscal.com.br/material/caderno/caderno_3.pdf

http://rep.educacaofiscal.com.br/material/caderno/caderno_4.pdf

<http://www.piysantosdumont.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/22/1830/144/arquivos/File/EDUCACAOFISCAL.pdf>

GIBIS E CARTILHAS DE APOIO

<https://ead.pti.org.br/ntm/mod/folder/view.php?id=3565>

<https://asimplicidadedascoisas.wordpress.com/2012/08/09/educacao-fiscal-material-didatico-do-gefesp-para-professores-e-estudantes/>

http://www.sefa.pa.gov.br/edufiscal/imagens/atividades/cadernos_ped/cp_cartilha_professor.pdf

MÚSICAS E POESIAS COM O TEMA

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/musica_poesia2.pdf

<https://pt.slideshare.net/ericafrau/educacao-fiscal-sugesto-de-atividades>

Cronograma de trabalho do Grupo Estadual de Educação Fiscal do Tocantins (GEEF/TO) 2018 com foco na viabilização dos trabalhos escolares com Educação Fiscal.

Atividade	Data (s)	Público	Local	Executor	Financiador
Organização e distribuição de material didático	Nov/17 a fev/18	Coordenadores Pedagógicos e professores do EF e EM	Palmas	SEDUC e EGFAZ	Sem custos específicos
Assessoria às Escolas para elaboração de Projetos escolares	Fev a mar/18	Professores e alunos	Palmas e DREs	SEDUC, EGFAZ e DREs	Sem custos específicos
Realização de 12 Seminários Regionais do Programa de Educação Fiscal (palestras, formação e boas práticas)	Mai a Set/18	Coordenadores Pedagógicos e professores das Redes de Ensino Estadual e Municipais e comunidade.	Em 08 DREs	SEDUC, EGFAZ	SEFAZ
Comemoração do dia do Contribuinte	Maio/18	Educadores, alunos e comunidade	Aberto a todos os municípios.	Seduc, DREs, U.E e EGFAZ	Sem custos específicos
Inscrições de Projetos Escolares em Prêmios nacionais, estaduais e municipais.	Maio a Set/18	Educadores e Alunos do EF e EM	Aberto a todas as Escolas	Escolas	Sem custos específicos
Premiação de 13 projetos escolares que mais impactaram na comunidade	Nov/18	Alunos do EF e EM das 13 DREs	Nas 13 DREs	SEDUC, EGFAZ e DREs	Receita Federal do Brasil e outros parceiros

Para revitalização do Programa de Educação Fiscal no estado, além dos recursos alocados na SEFAZ/PROFISCO, foi previsto 50.000,00 no PPA/SEDUC, no entanto, não tem dotação orçamentária específica.

Palmas, janeiro de 2018.